



FORMAS DE GOVERNO: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A TIRANIA NA GRÉCIA ANTIGA

Jean Lucas Tavares

Universidade Federal do Paraná

Um dos pontos cruciais da história grega diz respeito aos diversos períodos em que as cidades foram governadas através de uma tirania, percebe-se que ao menos do século VII a.C. ao século V a.C., ocorreram diversos governos tiranos que se afluavam com as crises oriundas dos sistemas aristocráticos e monárquicos. Antes de tudo é preciso dizer que o termo tirania utilizado contemporaneamente está ligado à figura de um governante que toma o poder de forma ilegítima e utiliza-se deste poder para opressão do povo governado²⁷. Essa acepção não condiz em sua totalidade com o que os gregos vivenciavam, embora haja alguns pontos em comum, como a ilegitimidade em alguns casos e a opressão em outros. Embora cada cidade, como, por exemplo, Samos, Corinto e Atenas, possuíssem suas particularidades em se tratando de organização social e política, alguns pontos na politeia (constituição) dessas cidades eram comuns quando governadas sob o regime de uma tirania.

Na tentativa de definir esses elementos em comum, Claude Mossé, em sua obra *Histoire des doctrines politiques en Grèce* afirma que no regime da tirania: “toda autoridade está nas mãos de um indivíduo que geralmente, mesmo quando posteriormente eleito pelo povo, atingiu o poder de um modo ilegal, podendo ser pela força ou por engano” (MOSSÉ, 1971, p.11). Apesar de tentar encontrar esses elementos comuns que perpassaram as tiranias na Grécia Antiga, acreditamos que não são os elementos da ilegalidade e da violência que caracterizam esse regime político, visto que a violência exercida pelo governante sobre os

²⁷ Bobbio, Matteucci Pasquino (2004) observam que na linguagem política do cotidiano certas palavras que remetem a conceitos técnicos muito restritos acabam sendo usadas de modo não unívoco. Sendo assim, tirania pode ser entendida de modo comum como sinônimo de ditadura ou despotismo. Entretanto mesmo no contexto grego antigo estas palavras já eram bem delimitadas, por exemplo, no terceiro livro da Política, Aristóteles diferencia os vários tipos de monarquia, sendo o despotismo um tipo de monarquia próprio dos povos bárbaros, que governavam, segundo o filósofo, como senhores governam escravos.



governados também se aplicava em outras formas de governo e o caráter de ilegitimidade não era o fundamento de sua existência, pois a tirania era uma forma de governo legítima aos olhos de muitos dos governados. Entretanto estamos de acordo com Mossé no que diz respeito aos efeitos da tirania sobre a politeia. Esses efeitos foram perpetrados utilizando-se do poder de modo absoluto o que resultou na destruição da organização política anterior. Modificou-se o sistema de distribuição de terras, através do confisco de propriedades e da própria estrutura dos agrupamentos, através do esfacelamento dos elos gentílicos e religiosos que estavam até então estabelecidos na sociedade grega. (MOSSÉ, 1971, p.11).

O significado e o conseqüente entendimento da tirania para os autores gregos era resultado de um determinado contexto que deixou marcas diferentes em diferentes gêneros literários. Essas diferenças podem ser encontradas se compararmos a poesia épica com os demais textos como os de caráter historiográfico, Heródoto de Halicarnasso e Tucídides ou filosófico, no caso de Aristóteles. É o que afirma Antony Andrewes em sua obra intitulada *The Greek Tyrants*, em que o autor observa que a palavra tirano se apresenta com significados diferentes na poesia e na prosa. No primeiro gênero literário acima mencionado, a prosa, tirano significava simplesmente basileu, de modo que não guardava uma conotação negativa. É nesse sentido que Andrewes compreende a primeira menção do termo tirania presente no poema de Arquíloco. Na ocasião o orador diz o seguinte sobre Giges, governante da Lídia: “Eu não me importo com a riqueza de Giges, não há inveja em mim, não tenho ciúmes das obras dos deuses, nem desejo uma grande tirania” (ANDREWES, 1963, p.21).²⁸ A mudança de significado que acontece com a prosa tem a ver com o contexto histórico que envolvia a Grécia e para o autor: “neste momento apareceu na Grécia um novo tipo de monarca, para quem um novo nome foi necessário, os tiranos que lideraram as revoluções contra a aristocracia.” (ANDREWES, 1963, p.23).

A primeira dessas “revoluções” (metabolé) aconteceu em Corinto e foi resultado de um descontentamento com o regime que vigorava nas mãos da rica família dos Baquíadas,

²⁸ Apud Arquíloco fr. 25; cf. *Fragmenta Historicorum Graecorum* vol. III. 1849.



descendentes de Hércules. Aproveitando desse descontentamento Cypselus tomou o poder em Corinto. O modo como ele e seus descendentes governaram, que é mencionado na obra de Heródoto de Halicarnasso fez com que o nome da tirania passasse a ter a conotação negativa que acabou se mantendo no entendimento grego, sendo um dos principais depreciadores do termo tirano para se referir à pessoa que governa o legislador Sólon em seus poemas (ANDREWES, 1963, p.23).

A presença da tirania no contexto das cidades gregas antigas não excluiu a crítica a esse tipo de regime, muito menos os autores que chegaram até nós classificaram a tirania como algo a ser desejado. Porém não nos foi legado uma unanimidade em relação ao pensamento do período. Em determinados períodos a evocação do termo tirano era suficiente para denotar uma pretensão a um poder que poderia ser prejudicial a polis, principalmente em Atenas do século V, pois temos registros de punições sociais como, por exemplo, críticas em assembleia, perda dos direitos políticos, se estendendo até os familiares, chegando até o ostracismo para aqueles que eram acusados de aspirantes a tirania.²⁹ Porém é notória a incerteza quanto ao que representava a figura do tirano para os governados e para alguns autores, principalmente se levarmos em conta as avaliações que foram feitas sobre o governo, por exemplo, do tirano Pisístrato.

Aristóteles em sua *Constituição dos Atenienses* nos conta que Pisístrato governou Atenas de acordo com as leis. Além disso, parece ter sido bom aos seus governados, indo até os campos solucionar problemas, poupando assim que os trabalhadores tivessem que se deslocar até a cidade. Em uma dessas visitas até o campo Aristóteles nos informa da seguinte história:

Foi por ocasião de uma dessas visitas de Pisístrato, segundo se conta, que ocorreu o encontro com o lavrador do Himeto, que andava a cultivar os campos mais tarde conhecidos por "terra franca". Ao ver certa pessoa que estava a cavar e a trabalhar uma leira que não tinha senão pedras, movido pelo espanto ordenou ao seu escravo que indagasse o que produziria aquela terra. Retorqui-lhe o lavrador: «Males e canseiras apenas e, de todos esses males e canseiras, Pisístrato ainda vem colher o dizimo» O homem desabafava assim por ignorância, mas Pisístrato, agradado com a

²⁹ Na *Constituição dos Atenienses*, Aristóteles menciona as antigas leis que diziam respeito à tirania: “Ora assim rezava a lei que observavam: São estas as regulamentações ancestrais dos Atenienses: quem se sublevar a fim de se tornar tirano ou apoiar o estabelecimento da tirania será punido com atirnia, ele e a sua família”. (ARISTÓTELES, 16.10)



sua franqueza e dedicação ao trabalho, isentou-o de todos os impostos. (ARISTÓTELES, 16.3).

Dois pontos merecem nossa atenção ao analisar o trecho acima. O primeiro diz respeito à ida do tirano Pisístrato aos campos, o que já indicava uma contraposição à ideia de política feita com embates na Ágora, local público e que se localizava no centro da polis, não nos campos, ou seja, o fato de Pisístrato ir até as pessoas no campo as impossibilitavam de fazerem suas reivindicações no local apropriado para isso, o que conseqüentemente o fortaleceu no poder. O segundo ponto, refere-se ao tratamento dado por Pisístrato ao homem, que mesmo por ignorância de conhecê-lo demonstra insatisfação com sua condição de trabalho diante do tirano. O dizer a verdade diante de um tirano é sempre algo delicado e implicou muitas vezes em violência para quem assim ousou. Porém, Pisístrato soube lidar bem com a situação, contrariando a postura que se espera de um tirano.

Como a tirania é exercida por uma única pessoa e esta é uma condição necessária, embora não seja suficiente para que possa existir, isso gera um conflito de formas de governo caso o critério seja o número de pessoas no poder, daí a necessidade de outros critérios para que possa haver uma distinção da monarquia que também se estabelece tendo a frente uma única pessoa no poder. Sendo assim os atributos diferenciadores de uma forma de governo para outra são secundários e dependentes do posicionamento político dos governados diante de situações complexas dos fatos políticos que nos permitem observar as tênues fronteiras que separam uma forma de governo considerada positiva de uma forma de governo considerada negativa, pois é impossível presumir que as ações de um monarca sejam sempre boas e que o tirano exerça a violência para com os súditos o tempo inteiro. Portanto a compreensão das ações do governante por parte dos governados condiciona a interpretação sobre se a ação é exercida por um monarca ou por um tirano. Desse modo, as mais diversas necessidades impõem determinadas ações que balançam o espectro que determina o bem e o mal, de tal modo que no contexto da guerra de Tróia Homero descrevesse monarcas que mais pareciam tiranos e tiranos que tiveram atitudes consideradas nobres (ANDREWES, 1963).



Em virtude do que foi mencionado, percebe-se que a tirania enquanto forma de governo se estabeleceu no mundo grego antigo tendo como base a insatisfação com os regimes até então vigentes. Insatisfação essa que foi muito bem cooptada pelos tiranos que se apossaram do poder. Além disso, embora houvesse sistematicamente mecanismos de opressão do povo, operado diretamente pela tirania, bem como a destruição da legislação e dos costumes anteriores, a tirania chegou até mesmo a ser considerada uma forma de governo legítima e o tirano em alguns casos foi até visto com bons olhos quando não se utilizava de violência para com o seu povo.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **A Constituição dos Atenienses**. Trad. Delfim Ferreira Leão. - Lisboa: Calouste Gulbekian, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11º Ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

HERÓDOTO. **Histórias**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. 1950.

MOSSÉ, C. **Las doctrinas políticas en Grecia**. Trad. Rosario de la Iglesia. – Barcelona: Industrias Gráficas Francisco Casamajó, 1971.

ANDREWES, A. **The Greek Tyrants**. New York: Publisher: Harper & Row, 1963.